

## AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NA AUTARQUIA E O PAPEL DO ANIMADOR SOCIOCULTURAL NA SUA DINAMIZAÇÃO

**Isabel Filipe**

Presidente da direção nacional da APDASC  
(geral@apdasc.com)

### **RESUMO:**

Com este artigo de reflexão, pretende-se enaltecer por um lado, o papel do Animador Sociocultural nas autarquias locais, e por outro a sua relevância na dinamização de políticas para a juventude.

Concretamente muito se fala sobre políticas sociais nas diferentes áreas e âmbitos, no papel do governo e mais especificamente da autarquia enquanto “cidade educadora”, como catalisadora de pessoas e recursos, mas na realidade ainda muito há por fazer.

As dinâmicas para a juventude aparecem na sua maioria integradas em programas esporádicos sem um fio condutor, somente para fazer cumprir calendários políticos. A verdadeira essência do trabalho da educação não formal, realizado pelo Animador Sociocultural, na conceção e organização de programas concebidos com e não só para os jovens é urgente.

É na escuta ativa dos problemas, fragilidades e ambições dos jovens que está a maior garantia de práticas equilibradas e de sucesso. Face à realidade atual, em que na sociedade emergem a sintomática da desumanização, do desequilíbrio emocional e de entre ajuda, cabe às entidades mais próximas da população, como as autarquias locais, estar cada vez mais atentas e dar guarida a projetos de âmbito sociocultural na sua verdadeira essência. Não se trata de “entreter”, mas de intervir! O Animador Sociocultural é o técnico que integra todas as competências suscetíveis de “seduzir” os jovens a participar em projetos que se sintam autores e “donos” do seu próprio desenvolvimento.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Animação Sociocultural, Animador Sociocultural, Autarquia, Juventude

**ABSTRACT:**

With this article of reflection, it is intended to highlight, on the one hand, the role of the Sociocultural Animator in the local authorities, and on the other, its relevance in the dynamization of policies for youth.

Specifically, there is a lot of talk about social policies in the different areas and spheres, in the role of the government and more specifically in the municipality as an "educating city", as a catalyst for people and resources, but in reality there is still much to be done.

The dynamics for youth appear mostly integrated in sporadic programs without a common thread, only to enforce political calendars. The true essence of the work of non-formal education, carried out by the Sociocultural Animator, in the design and organization of programs designed with and not only for young people is urgent.

It is in listening actively to the problems, frailties and ambitions of young people that there is the greatest guarantee of balanced and successful practices. In view of the current situation in which the symptoms of dehumanization, emotional imbalance and of aid emerge in society, it is incumbent upon the entities closest to the population, such as local authorities, to be more attentive and to give shelter to socio-cultural projects in the its true essence. It's not about "entertaining," but about intervening! The Sociocultural Animator is the technician who integrates all the skills capable of "seducing" young people to participate in projects that feel they are authors and "owners" of their own development.

**KEY WORDS:**

Sociocultural Animation, Sociocultural Animator, Autarchy, Youth

**O papel da autarquia enquanto “cidade educadora”**

A democracia participativa exige proximidade, vizinhança. Ora o *lugar-instituição* mais próximo dos cidadãos munícipes é impreterivelmente a autarquia.

Maria Belén Caballo Villar (2001) apresenta-nos a autarquia como o principal agente transmissor da essência da *Cidade Educadora*. Esta atua como catalisador de pessoas e recursos, propicia acordos que dão lugar à participação e corresponsabilidade nas transformações das comunidades locais.

Nesta *Cidade Educadora* estão implícitos elementos que convergem na delimitação de um território educativo, ao qual estão ligados múltiplos significados de caráter pedagógico e social: Sistema Formativo Integrado, associativismo, desenvolvimento cultural, políticas socioculturais, participação, acesso a recursos, animação sociocultural, descentralização, organização e intervenção comunitária, trabalho em rede.

De acordo com Puig (1994) citado por Maria Belén Caballo Villar (2001: p.19) “todos os homens e mulheres de uma cidade são chamados a converterem-se em cidadãos ativos, decididos, críticos e participativos na construção e no uso social e cultural da cidade”.

É nesta perspectiva de equilíbrio social que a autarquia enquanto *Cidade Educadora* permite o enriquecimento das relações entre os seus habitantes e entre o seu meio. Uma cidade relacional, afetiva, que objetiva aproveitar todas as suas possibilidades estéticas, ambientais e de convivência através do encontro, da comunicação e da criação de laços que definam a comunidade.

### **A Animação Sociocultural e o Animador Sociocultural na autarquia**

A Animação Sociocultural é um tipo de ação comunitária que tem como propósito principal promover nas pessoas e nos grupos uma atitude de participação ativa no processo do seu próprio desenvolvimento. Abrange uma gama muito simples, mas diversa de intervenções, programas e instituições. É uma estratégia de intervenção que, baseando-se num determinado modelo de desenvolvimento comunitário, tem como finalidades últimas impulsionar a participação e dinamização social a partir dos processos de responsabilização dos indivíduos na gestão e direção dos seus próprios recursos (Trilla, 2004).

O longo caminho percorrido na história da Animação Sociocultural leva-nos a crer que mesmo depois de todo o percurso conquistado, existe ainda muito por percorrer. Será que faz sentido a Animação Sociocultural e o Animador em contexto autárquico?

A Animação Sociocultural tem o seu espaço e faz sentido, basta olhar para a sociedade em que vivemos e verificar o aumento de ócio na terceira idade, os hospitais sem vida, as escolas sem interligação aos espaços educativos, os jovens cada vez mais desligados da sociedade e do mundo onde vivem, a comunicação virtual em vez da humana. Estamos num tempo que urge pensar em voz alta e dizer “basta”!

É necessário levar a Animação Sociocultural a cada espaço de intervenção, a atualidade carece de programas participativos, envolvendo todos os poderes, local, regional e central, de forma a apoiarem a Animação Sociocultural e não a remeterem para o espaço vazio.

Continua a existir, de facto, uma falta evidente de conhecimento do papel da Animação Sociocultural e do Animador, por parte de responsáveis e agentes de cultura. Isto verifica-se pela ausência de profissionais habilitados em vários contextos.

A profissão de Animador segundo Trilla (2004) situa-se entre a do educador e a do agente social puro. Isto confere-lhe um papel bastante importante e crucial, nomeadamente no que diz respeito à motivação participativa de um coletivo e não individualmente, ao contrário de outros agentes da educação.

O Animador Sociocultural é um educador, porque este tenta estimular a ação, o que supõe uma educação na mudança de atitudes. Mesmo que essa mudança seja mínima. Ao ser educador, pretende passar da passividade à atividade. É também um agente social, visto que exerce a animação não com indivíduos isolados, mas com grupos ou coletivos, o qual tenta envolver numa ação conjunta, desde o grau mais elementar até ao mais comprometido. No entanto, é também considerado um relacionador, pois é capaz de estabelecer uma comunicação positiva entre pessoas, grupos e comunidade e de todos estes com instituições sociais e com os organismos públicos. Segundo Trilla (2004) esta é a sua característica mais definitiva e peculiar, a que diferencia o Animador Sociocultural das outras profissões afins.

O Animador Sociocultural é, de facto, um agente do desenvolvimento. Por essa circunstância deve desempenhar funções gerais ou específicas conducentes ao êxito da melhoria da qualidade de vida das populações, comprometendo-se a estar atento à tradição e inovação cultural, obrigando-se a incentivar, apelar e organizar a participação dos indivíduos e tornando-se um ponto de referência dos valores e da democracia.

É neste enquadramento que se reforça a importância do Animador Sociocultural enquanto mediador e impulsionador de ações socioculturais na autarquia. Detentor de metodologias próprias que contribuem para uma clara didática de participação que proporciona aos cidadãos a descoberta das suas potencialidades em prol da sua comunidade.

Segundo Marco Marchioni (2006) a profissão do Animador Sociocultural tem todas as potencialidades para atuar neste âmbito da integração social e comunitária: favorecendo o processo

de participação da população; potencializando o associativismo existente e promovendo novas formas associativas, formais e informais; adicionando diferentes forças sociais e pessoas a título individual na realização de projetos e iniciativas comuns; favorecendo a tomada de consciência das problemáticas comuns e a busca de soluções também comuns.

Para Ander-Egg (2006, p. 17) o município tem um papel importante no seu trabalho de ação cultural:

*El municipio como célula básica de la democracia institucional, y la posibilidad de una acción cultural como pedagogía política; La descentralización como fortalecimiento del municipio y el trabajo cultural como forma de generar procesos de participación; El ámbito como el espacio donde se hace posible la articulación de la sociedad política y de la sociedad civil.*

Assim sendo, e tomando em consideração o papel urgente que a Animação Sociocultural toma na realidade dos tempos atuais, é premente requalificar a democracia. A cidadania reflexiva e crítica não se pode reduzir às dimensões política e administrativa, mas deve criar oportunidades de ação e (re)integração social como compromisso ético e responsabilidade coletiva.

Acreditando neste pressuposto, a autarquia através de projetos de Animação Sociocultural, assentes num conjunto de práticas de Investigação Social, Participação e Ação Comprometida, assume um papel preponderante nas estratégias políticas, educativas e culturais de emancipação individual e coletiva dos seus conterrâneos.

### **O Animador Sociocultural na dinamização das políticas de juventude numa autarquia**

Seguindo a mesma linha de pensamento, poder-se-á afirmar que a autarquia enquanto *Cidade Educadora* assume, localmente, um papel cada vez mais relevante na aplicação de estratégias de proximidade aos seus jovens munícipes.

As políticas de juventude devem ser pensadas em prol da sua participação ativa e devem surgir num ato de aproximação dos jovens à comunidade. Esta participação é um processo gradual e exige da parte dos jovens a aquisição e reforço de competências.

De realçar a importância acrescida de uma aproximação da autarquia aos grupos informais e

associações juvenis locais com intuito de lhes dar a merecida relevância. É a partir dessa aproximação e devido reconhecimento que o primeiro passo será dado e os jovens se sentirão mais integrados na discussão e intervenção da vida comunitária local.

De acordo com o Livro Branco (2001) e relatando o estudo realizado com os jovens europeus, pode-se constatar que cada vez mais os jovens reivindicam a sua condição de cidadãos e de direito a pronunciar-se sobre os mais variados assuntos. Assim sendo, urge pensar em estratégias de uma participação ativa e contínua destes jovens e dar-lhes voz ativa, não apenas através de questionários e consultas, mas através da sua inclusão nos processos decisórios logo desde o início.

Mas para que isso aconteça a participação deve ser incentivada, inclusiva e pressupõe estratégias facilitadoras de aprendizagens estruturantes e equilibradas, não só para os jovens com características organizativas, mas principalmente para os que ainda não as possuem.

E é nesta lógica de conceção que surge o técnico especializado, o Animador Sociocultural, capaz de, através das suas estratégias de didática de participação, incentivar, seduzir e motivar os jovens à construção de estratégias de aprendizagens individuais e grupais.

A cidadania plena está ao alcance de todos os jovens e são as políticas de juventude minuciosamente pensadas e as dinâmicas adjacentes, criativamente concebidas, que poderão permitir esta participação ativa em todos os aspetos da vida social, política e cultural, criando espaço para a sua emancipação.

*“As políticas de juventude não se podem reduzir à oferta de atividades para ocupação do tempo livre, adquirindo, por vezes, um conteúdo mais ou menos propagandístico, devem ter o objetivo de criar condições para uma cidadania plena ao alcance de todos/as os/as jovens (...)”*

(Declaração de Braga sobre Políticas Autárquicas de Juventude, 2012)

E porque não chega ter ideias “miraculosas”, explanadas em projetos como o “Plano Estratégico da Juventude” em que o objetivo principal e preocupação dominante são os resultados quantitativos em detrimento dos qualitativos, urge apostar na diferenciação através de projetos/atividades do real interesse e necessidade dos jovens munícipes.

O Animador Sociocultural enquanto técnico da área das ciências sociais e humanas, com as suas características tão peculiares, poderá ser a chave na dinamização das políticas de juventude na

autarquia. Porque é um educador que estimula a ação e permite mudança de atitudes; porque é um relacionador, que conjuga a emoção com a ação, estabelece uma comunicação positiva e porque é um agente social na medida em que age em função de um coletivo, envolvendo a uma ação conjunta e comprometida.

Em guisa de conclusão, em pleno século XXI, ainda continuamos a acreditar na possibilidade de mudança de estratégias e atitudes por parte do poder governamental e autárquico. Não chega investir em questionários, modelo “Demo D”, com o objetivo dos jovens darem a sua opinião. Urge envolve-los na construção das políticas juvenis localmente urgentes, necessárias e construir projetos e atividades tomando-os como atores no grupo decisório, nas escolhas e conceção dos seus planos de atividades.

O Animador Sociocultural possui as técnicas de intervenção necessárias para este trabalho construtivo e de partilha, não só na dinamização das políticas de juventude da autarquia, mas também no envolvimento de uma maior participação, por parte dos jovens, nas políticas decisórias a que a eles lhes dizem respeito.

## BIBLIOGRAFIA

**Ander-Egg, Ezequiel** (2006). *Políticas culturales a nível municipal*. Venezuela: Ministerio de la Cultura – Consejo Nacional de la Cultura.

**Caballo Villar, Maria Belén**. (2001). *A cidade educadora: nova perspectiva de organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.

**Comissão das Comunidades Europeias** (2001). *Livro Branco da Comissão Europeia: um novo impulso à juventude europeia*. Bruxelas: CCE.

**Federação Nacional das Associações Juvenis** (2012). *Declaração de Braga sobre Políticas Autárquicas de Juventude*. Braga: FNAJ.

**Lopes, Marcelino** (2008). *Animação Sociocultural em Portugal*. Amarante: Intervenção.

**Lopes, Marcelino** (2008). A Animação Sociocultural: os velhos e os novos desafios. In: Pereira, **José Dantas Lima** [et al.] (coord.). *A animação sociocultural e os desafios do século XXI*. Ponte de Lima: Intervenção – Associação para a Promoção e divulgação Cultural, pp. 147-158.

**Marchioni, Marco** (2006). A Animação Sociocultural, os processos comunitários e a integração social. In: Peres, Américo Nunes & Lopes, Marcelino de Sousa (coord.) (2006). *Animação, Cidadania e Participação*. [S. l.]: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP), pp.261-263.

**Peres, Américo Nunes** (2008). A animação Sociocultural no contexto da globalização. In: Pereira, José [et al.] (coord.). *A Animação Sociocultural e os desafios do século XXI*. Ponte de Lima: Intervenção – Associação para a Promoção e divulgação Cultural, pp. 117-128.

**Trilla, Jaume**. (coord.) (2004). *Animação Sociocultural: teorias programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget.

**COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:** *Filipe, Isabel* (2018); *As políticas de juventude na autarquia e o papel do animador sociocultural na sua dinamização*; en <http://quadernsanimacio.net> ; n<sup>o</sup> 28; Julio de 2018; ISSN: 1698-4404